

Ulysses estuda punição para constituintes ausentes

Aglaé Lavoratti

BRASÍLIA — Na pressa de garantir seu voto para aprovação da emenda que permitiu a apresentação de projetos de iniciativa popular ao Congresso, o deputado Fernando Santana (PCB-BA) passou pelo que pensou serem dois funcionários que estavam junto ao posto avulso de votação e digitou seu código. Ouviu o protesto:

— Ei, o senhor está furando a fila. Eu estava na sua frente. Surpreso, Fernando Santana arregalou os olhos. Vendo que os dois eram parlamentares, retrucou com ironia:

— Você está na minha frente hoje. Eu tenho 60 dias de votações na sua frente. Vou votar primeiro.

E votou. O segundo da fila também ensaiou um protesto mas desistiu, encabulado como o companheiro. O deputado Fernando Santana, um dos parlamentares mais assíduos da constituinte, não conseguiu até hoje identificar aqueles colegas, pois nunca os viu no plenário.

Silenciosos — Os dois deputados eram integrantes do chamado *bloco dos silenciosos* nome dado pelo deputado Expedito Machado (PMDB-CE), ou *bloco do Planaltão* como prefere chamar a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), acusando os que “representam a reserva técnica do Palácio do Planalto e só aparecem para votar em assunto de interesse do governo.” Para o deputado Paulo Delgado (PT-MG), eles não passam de “gazeiteiros que traem seus eleitores.”

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, já anunciou estar disposto a analisar as propostas para resolver a questão do pequeno comparecimento, principalmente às segundas e sextas-feiras.

O número dos omissos está entre 80 e 90 constituintes, quase todos componentes do *Centrão*. O deputado Expedito Machado, que vota com o grupo conservador, reconhece, porém, que o *bloco dos silenciosos* “definiu o sistema de Governo como presidencialista e o mandato de cinco anos para os presidentes da República.”

Responsável pela mobilização do *Centrão* o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ) conta as dificuldades que enfrentou quando tem que reuni-los em Brasília. “Se temos votação importante marcada para o início da semana, começamos a trabalhar na sexta-feira, telefonando para todos os gabinetes. Se o parlamentar não está em Brasília, avisamos da votação, mas passamos o sábado inteiro e a manhã de domingo telefonando para os estados, apelando para que venham. Mesmo assim, nunca reunimos todo mundo.”

Campeões — Presença rara no plenário, o deputado Amílcar Moreira (PMDB-PA) nega que seja do *bloco dos silenciosos*. Garante sai de Belém toda segunda-feira e só volta de Brasília na sexta, mas seu nome nunca aparece nas listas de votação. Um dos campeões de ausência é



Rondon proibia audiências

o deputado Mário Bouchardet (PMDB-MG).

Muitos constituintes deixam de comparecer às sessões não por estarem ausentes de Brasília. A média diária de audiências registrada pelos gabinetes dos ministros chega a 30 parlamentares, que abandonam o plenário alegando necessidade de defender interesses de suas bases eleitorais.

O problema do plenário vazio vem de longe. Nos idos de 1967, quando havia votação de projetos de interesse do governo Costa e Silva, o chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco, montava um esquema infalível para garantir o quorum: os ministros eram proibidos de receber parlamentares no horário das sessões.

As propostas em exame para punir os faltosos são:

Paulo Delgado — O parlamentar que faltar a três sessões consecutivas ou cinco alternadas terá seu mandato cassado e o suplente assume em seu lugar.

Maguito Vilela — O parlamentar que faltar a três sessões consecutivas ou cinco alternadas será suspenso por 90 dias, perderá subsídios e o suplente será chamado a ocupar a vaga. Se houver reincidência o constituinte perde o mandato.

Adroaldo Streck — Se o parlamentar faltar a três sessões consecutivas ou cinco alternadas num período de 30 dias será afastado e o suplente assumirá em seu lugar. Todas essas propostas são projetos de resolução e podem ser aprovadas pelo voto da maioria absoluta da Constituinte, ou seja, 280.

Sandra Cavalcanti — Modificar o quorum da Constituinte, que passaria a deliberar pela maioria simples de votos dos presentes. Ou seja, se 150 deputados estiverem em plenário, 76 passa a ser o quorum qualificado. A deputada acredita que, vendo seus interesses sendo decididos por outros, os parlamentares viriam ao plenário. Para isso basta modificar o regimento interno.

Wilson Pedrosa



Ulysses se preocupa com segunda-feira e sexta-feira



Santana (E) no plenário: assíduo, na hora de votar encontrou desconhecidos

Wilson Pedrosa — 22/3/88

Os nomes que marcam ausência

A presença de 559 constituintes na sessão de terça-feira, que definiu o sistema presidencialista de governo, foi um acontecimento que durou pouco. No mesmo dia, pouco depois, 46 parlamentares não participaram da votação da emenda que possibilitou a iniciativa popular para apresentação de projetos de leis ao Congresso Nacional e, duas horas mais tarde, outros 29 não estavam mais em plenário para votar o mandato presidencial.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) fica indignada com os ausentes. Um deputado que costuma sentar próximo a ela no plenário conta que, logo após a vitória do presidencialismo, um sujeito alto, bem-apegoado e de ar arrogante, se aproximou de Sandra, que sempre defendera o parlamentarismo, e a provocou:

— Não adianta, nós somos mais poderosos. Está provado.

— Mas afinal, quem é o senhor, que não o conheço? — perguntou Sandra.

— Eu sou deputado.

— Como? Como o senhor é deputado se nunca o vi no plenário? — insistiu a deputada, que nunca faltou a uma sessão, desde a Comissão de Sistematização.

Grande ausente — “Este é o tal do Mário Bouchardet”, informou a Sandra o colega de bancada. Efetivamente, Bouchardet é um dos recordistas em ausência. Só aparece em votação importante e sempre vota com o governo, mas também pode sumir em outros momentos decisivos. Foi assim na votação da jornada de trabalho. Na terça-feira, ele votou com o presidencialismo e deixou o plenário, não votando no mandato presidencial. “Era demais exigir que ele votasse duas vezes no mesmo dia”, ironiza o deputado Paulo Delgado, que vem há muito combatendo os gazeiteiros.

Segundo levantamento de Delgado, até agora a Constituinte realizou 320 votações e somente em 15 delas o quorum ultrapassou os 500 parlamentares em plenário. “E essas votações ocorreram em apenas cinco dias, ou seja, quando vai ser votado algo de interesse do governo ou do Centrão, eles aparecem como um rolo compressor”, acusa Delgado.

Mário Bouchardet não é o único relacionado entre os silenciosos que decidem. O deputado Felipe Cheide (PMDB-SP) já usou até a tribuna para admitir que era pouco assíduo. Neste mês ele apareceu para votar só na semana que passou. O mesmo ocorreu com o senador Carlos de Carli (PMDB-AM), que costuma não aparecer mesmo quando está em Brasília. No dia 1º de março, ele participou de seis das



Sandra propõe mudar o quorum

12 votações do dia. No dia seguinte seu nome não apareceu em nenhuma lista das 10 votações processadas e, no dia 3, votou em três das 10 votações realizadas. Sempre com o Centrão.

Solidariedade — Os constituintes da Amazônia, aliás são solidários na ausência. O também senador Auro Mello (AM), que assumiu na vaga de Fábio Lucena, votou na primeira semana de março, mas na segunda quase não foi a plenário. O deputado Chagas Neto (PMDB-RO), as listas provam, não é assíduo. A 1º de março, não votou nenhuma vez, no dia seguinte participou de todas as deliberações, mas já no dia 3 estava ausente, o mesmo ocorrendo no dia 7, quando se processaram 23 votações, um recorde na Constituinte.

O levantamento do deputado Paulo Delgado mostra que a última vez em que houve quorum superior a 500 constituintes, antes da votação do sistema de governo, esta sema-

na, foi a 24 de fevereiro, quando se votou a jornada de trabalho. “Assim não é possível trabalhar. Se somos 559, são necessários os 559 em plenário sempre, e não eventualmente, para votação de assuntos importantes”, prega Delgado.

Como todos os textos aprovados até agora são do Centrão, através de acordo para que a modificação se processe posteriormente, o quorum abaixo de 500 parlamentares acaba prejudicando a deliberação de matérias polêmicas. A possibilidade de projetos de lei através de iniciativa popular teve votação adiada por três vezes. A esquerda se recusou a votar a proposta com quorum baixo. Efetivamente, quando o quorum aumentou, a emenda foi posta em votação e aprovada. “A minoria que não aparece é ditatorial. Nós que sempre estamos aqui devíamos ser premiados pelo voto e não prejudicados. É o que está acontecendo”, analisa Sandra Cavalcanti. (A.L.)

Ana Carolina Fernandes — 6/2/87



Delgado: deputado que faltar deve ser cassado

Indefinição do mandato atrasa a Constituição

BRASÍLIA — A vitória do presidencialismo e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República vai atrasar o nascimento da nova Constituição, que até a última semana o deputado Ulysses Guimarães previa para maio, e os mais realistas para junho. Agora, tudo indica que o ritmo dos trabalhos diminuirá. Provavelmente a Constituição só será promulgada em fins de julho.

Depois da última terça-feira, a aliança da liderança do PMDB com a esquerda, que garantia o quorum para as votações em plenário, não tem mais pressa. Tende a cozinhar em banho-maria as decisões sobre os capítulos restantes da nova Carta, para que o mandato do presidente José Sarney seja votado o mais tarde possível. Espera assim que o tempo produza desgastes na base parlamentar do governo e permita a reversão do quadro atual, favorável aos cinco anos.

Dificuldades — Como a maioria governista na Constituinte inclui um contingente de aproximadamente cem deputados e senadores pouco assíduos, que só comparecem ao plenário nos grandes momentos, insistentemente mobilizados pelas lideranças, o Planalto terá enormes dificuldades para manter a velocidade atual da Constituinte.

Os últimos dias da semana que passou já foram marcados pelo baixo quorum. Praticamente não houve deliberações desde terça-feira. É pouco provável que antes da Semana Santa seja tomada qualquer decisão. Nesse ritmo, o final do capítulo sobre o Poder Executivo só deverá ser votado a partir de 5 de abril. O capítulo seguinte, sobre o Poder Judiciário, bastante longo, certamente consumirá duas semanas.

Em consequência, o título V (Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), deve entrar em discussão na última semana de abril, enquanto o polêmico título sobre Orçamento e Tributação fica para as duas primeiras semanas de maio.

Prazos — Se não houver atrasos ainda maiores, o plenário votará a Ordem Econômica, uma das partes mais explosivas da Constituição, a partir de 16 de maio. Difícilmente essa etapa durará menos de três semanas. Assim, o título seguinte, a Ordem Social, poderá ser votado a partir da semana que começa a 6 de junho. Duas semanas depois, ou seja, a 20 de junho, entram na pauta as disposições transitórias, nas quais se inclui o artigo que fixa a duração do mandato de Sarney.

Se essa etapa for rápida, a primeira votação da Constituição terminará em junho. O relator terá então sete dias para redigir toda a matéria aprovada. Em seguida, os constituintes terão cinco dias para apresentar novas emendas — supressivas, ou para corrigir redação ou omissões. O relator terá mais cinco dias para dar parecer sobre essas emendas. Começará, então, a votação do segundo turno, que deverá ser rápida. Se durar uma semana, acabará em torno de 25 de julho. O relator fará a redação final do texto, que será submetido à aprovação do plenário numa única sessão. Imediatamente, a Constituição será promulgada.

□ O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, impôs condições para aderir ao bloco de apoio presidente José Sarney: “É preciso saber antes a que se propõe esse bloco parlamentar. Vai garantir o final da transição? Vai garantir a execução de um programa claro de governo ou terá outros objetivos?” Maciel advertiu que o bloco pró-Sarney não poderá ficar acima dos partidos. “Acho que a Constituinte errou muito ao permitir a formação de blocos acima dos partidos e isso não deve continuar ocorrendo, porque a democracia só se constrói com partidos fortes.” O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a quem Maciel acompanha na visita a Recife, disse que a maioria do PFL já apoia o governo.

COMPRAR.
VENDER.
ALUGAR.
TUDO.

JORNAL DO BRASIL
Classificados

